

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

IPPUR - INSTITUTO PESQUISA PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO

DE MENDIGO A MILIONÁRIO

Elizabeth Araújo do Espírito Santo

Agradecimento especial ao orientador

EDUARDO GUIMARÃES CARVALHO

RIO DE JANEIRO
OUTUBRO - 1989

"NA ÉPOCA ERA MENDIGO HOJE ME CONSIDERO
UM MILIONÁRIO"

(L.P.)

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se ocupa de um assentamento rural, em antigas terras do INCRA destinadas à Reforma Agrária.

A história dessas pessoas tem um caráter especial para mim. Fiquei intrigada com o fato desses camponeses, tendo obtido a propriedade da terra, através de lutas, vieram a vendê-las. Surpreendi-me também quando verifiquei que os minifúndios vieram pouco a pouco se transformando em grandes latifúndios tendo os camponeses abandonado o campo e suas atividades rurais.

A maioria dos que hoje residem no "Condomínio Marubá" veio do norte fluminense e sul do Espírito Santo, já sabendo da existência de terras para a Reforma Agrária, na área rural do município de Cachoeiras de Macacu - RJ.

A palavra Reforma Agrária, para essas pessoas, tem um significado paradoxal. Embora a ela devam suas terras, eles têm medo da expressão, que está relacionada à "Coisa de Comunismo". Mais tarde parece que os líderes da "invasão", tachados de comunistas foram punidos pelo regime (1964). O governo militar, ao fazer a Reforma Agrária em Cachoeiras de Macacu, excluiu aqueles indivíduos identificados como "agitadores".

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) propôs assentar os "grupos domésticos" que estavam há nove anos dispersos na área.

Seu primeiro objetivo, parece, era legitimar o estatuto da terra, recém aprovado pelo governo militar. Tratava-se de oferecer a

um preço acessível aproximadamente 680 ha de terras para 40 "grupos domésticos". O assentamento consistia numa área comum e em quarenta áreas privadas. Além de uma permanente assessoria de técnicos do INCRA para a formação de uma cooperativa de leite na área comum, cada um ganhou uma terra privada destinada à construção da casa e para pequena produção agrícola.

METODOLOGIA

Antes de ir ao campo (Fazenda Marubaí), visitei o Sr. Braúlio. Ele atuou na organização de associações de lavradores rurais e posteriormente em sindicatos rurais. Enquanto ativista político do antigo PCB, participou das "lutas de conquistas de terras" com os trabalhadores rurais. Hoje funcionário da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. Colocou-se a minha disposição para uma visita a área, e para contactar companheiros de lutas que ainda permaneciam no local. Isto favoreceu muito a pesquisa, uma vez ser ele uma pessoa de confiança entre os camponeses.

A primeira pessoa contactada foi o Sr. J.C., ~~foi~~ através do seu relato que resolvi delimitar a área a ser estudada: "O PROJETO AGROPECUÁRIO MARUBAÍ". Ele fora um dos "parceleiros" do projeto e havia, naquela semana, vendido sua parte para tentar a vida como comerciante, com um pequeno botequim na beira da estrada.

Esta experiência de conquista de terras, através de uma luta, me pareceu importante de ser investigada: Por que o Sr. J.C. havia vendido suas terras, depois de tanta luta? As demais terras estavam sendo vendidas?

Afinal tratava-se de uma "colonização dirigida": (1) Assentamento de lavradores por iniciativa estatal ou pará-estatal, que contou com a participação efetiva do INCRA, tanto na escolha de pessoas a serem assentadas, como na implantação

técnica do projeto e na parte jurídica.

Optei por um trabalho de natureza antropológica, onde busquei uma versão dos eventos, segundo os atores diretamente ligados a eles, (2) no caso os parceleiros do condomínio Marubai". Previlégia-se aqui a versão dos "posseiros" ou seja tanto "parceleiros" ou "meeiros", que não tinham o título de propriedade até a formação do condomínio.

O trabalho de campo constou de idas semanais a área "Condomínio Agropecuário Marubai". Encontrei sempre uma grande hospitalidade por parte dos "parceleiros", chegando a pernoitar no povoado de Papucaia, em casa da filha do Sr. Alfredo, que também foi um dos que lutaram pela conquista de terras.

A pesquisa ficou incompleta porque não cobriu a presença de um dos atores, ou seja o Estado através de seus múltiplos agentes e políticos. Embora a atuação do governo seja central nessa história ela é referida indiretamente, na representações dos diversos entrevistados.(3) Desta forma a presença do Estado se fez através de discursos sobre ele. Sem dúvida, numa investida posterior, pretendo retomar esta discussão.

(1) Atribui à categoria colonização o significado dado por Felipe Lindoso, segundo Leonarda Musumeci. Esta categoria se diferencia de colonização espontânea e colonização dirigida.

(2) Agradeço a observação da Prof^a Delma Peçanha e de meu orientador Eduardo G. Carvalho.

(3) Durkherim E., 1930.

O trabalho de campo e análise do material foi uma tarefa muito sofrida. A falta de experiência em trabalhar no campo e a impossibilidade de permanecer na área por um tempo maior, me deixava sempre apreensiva. A dificuldade consistia em descobrir o que observar, e como distinguir as observações feitas. Ao mesmo tempo tudo parecia importante e disperso. Optei por entrevistas abertas, sem questionário pré-estabelecido e sem interferência de minha parte, o que resultou num material muito extenso. Consequentemente uma dificuldade maior para analisar este material, sentindo um distanciamento do mesmo. Só no decorrer das análises fui gradativamente ganhando uma familiaridade maior com o material da pesquisa e ganhando confiança para concluir o trabalho.

O resultado é minha versão dos fatos que, de certo modo, privilegia a versão de determinados atores.

A história é composta pela interação de vários sujeitos:

- a) Antigos detentores da terra; fazendeiros e arrendatários.
- b) Ocupantes que vieram do norte fluminense e sul do Espírito Santo, que se estabeleceram como "meeiros" das terras.
- c) Empregados dos primeiros.
- d) Agentes do governo.
- e) Os que vieram a ocupar o Condomínio Agropecuário Marabá ^{Aí}, (são os que estou privilegiando neste exercício).

A LUTA PELA TERRA

O Sr. J.C. veio de Itaperuna em 1955. Sabendo da existência de trabalho na área rural do município de Cachoeiras de Macacu, ele se estabeleceu como "meeiro" das terras arrendadas pelo Sr. M.F.: Tinha direito a plantar nas terras desmatadas por ele, e dividir o que colhia com o dono da terra. Ele plantava arroz, banana, feijão e milho e chegou a construir uma casa.

Sr. M.F. tinha um administrador na área que supervisionava os trabalhos e a divisão da produção. Consta que este administrador, Sr. P.J. apesar do cargo, colaborava com os "meeiros", no sentido deles aumentarem sua produção, permitindo a criação de pequenos animais. E, de certa forma, ele apoiava o movimento de lutas pela conquista da terra.

Em 1959 o Sr. M.F., preocupado com o grande número de "meeiros" que vinham se estabelecendo na área, resolveu mudar de administrador. Passou a ocupar o cargo Sr. A.T.J., que tentou expulsar os 85 "grupos domésticos" estabelecidos no local. Para afastá-los, o arrendatário soltou gado em suas plantações, ateou fogo nas lavouras, e ameaçou-os com armas. Alguns resistiram e permaneceram no local. A maioria fugiu para casa de amigos e parentes, na região.

Os que resistiram entraram em contato com a Secretaria de Segurança para pedir garantia de vida.

Em 1961 realizou-se o Congresso Nacional da Reforma Agrária em Belo Horizonte - MG. Os camponeses de Macacu, que permaneciam na área, levaram o caso ao presidente João Goulart que ali se encontrava. O presidente promoveu-lhes resolver o conflito, através da rescisão do contrato com o arrendatário, uma vez que as terras pertenciam ao Governo Federal.

O INCRA ocupou-se de rescindir o arrendamento, favorecendo com esta decisão a ocupação daqueles "grupos domésticos", e a maioria dos que já haviam abandonado o local. Não houve no entanto a legalização da ocupação, nem a emissão de títulos para os camponeses. Logo em seguida ocorreu o golpe militar de 1964.

O novo regime tratou de transferir os camponeses desta área para a Fazenda Marubáí, onde finalmente obtiveram a propriedade da terra.

A CONSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO: SÉGUNDO OS "PARCELEIROS"

A "REFORMA AGRÁRIA" é paradoxal. Os parceleiros sabem que a terra foi obtida através dela, entretanto atribuem valores negativos ao termo, por causa da experiência que tiveram com o governo militar.

"Não tinha direito, não comprou, não era dele. O povo era invasor, então tinha que organizar". (L.P.)

"Povo revoltado, os parentes diziam que era coisa de comunismo. Mas não tinham para onde ir.

Tem que confiar em Deus". (L.P.)

"A polícia federal tirou o povo antigo: os invasores. Desapro - priou e organizou o povo novato". (L.P.)

Observa-se também como a categoria "invasor" é negativa-mente vista.

Em 1964, o governo militar tentou expulsar os camponeses , encontrando ^Sresistência.

"Plantava arroz e não podia co- lher, a polícia não deixava. Era preciso uma carta de prefeito pa ra liberar o arrozal ". ()

.9.

"A polícia mandava jogar gasolina e botar fogo nas plantações."

(J.C.).

A coação policial afastou algumas pessoas. Consta que o INCRA pagou irrisória indenização para eles. Para os que permaneceram, ofereceu 4 alqueires de terra a cada um, numa região próxima. Para tanto deviam assinar um documento. A maioria recusou-se, temendo que o ato implicasse na obrigação de abandonar as terras.

"Cheguei de Cambuci, norte fluminense em 1957, comprei um direito de posse, depois vendi. Nada legalizado. O INCRA apareceu com a proposta do condomínio. Fui escolhido". ()

"Tinha um cunhado. Foi lá em Colatina - E.S. , me buscar. Para trabalhar em Porto da Cana (4 alqueires do INCRA).

Depois veio a proposta do condomínio que aceitei". (B.)

Em 1968, o INCRA fez um projeto de assentamento na área da fazenda Marubú^A, localizada em Papucaia - 2º distrito de Cachoeiras de Macacu.

"O INCRA escolheu só pessoas casadas e com ficha limpa, sem problema na justiça". (L.P.).

"Sofri muito, até conseguir entrar no projeto Marubáí. 40 pessoas que vinham de todos os lugares."
(L.P.)

O projeto Agropecuário previa assentamento de 40 "parceleiros" numa área de 680 ha, onde estes teriam uma área particular com 2 ha e uma área comum num total de 600 ha.

"O órgão da reforma agrária armou o projeto: uma casa e um crédito de alimentação. Ofereceu como se fosse vantagem, teriam 2 ha para casa e roça, 15 ha para trabalharem em conjunto." (J.C.)

A área particular permitia uma pequena roça, além da casa, Na área comum ficava o curral e pastos para a criação do gado leiteiro. (total de 240 vacas). Cada parceleiro tinha 6 vacas, embora a administração e os benefícios fossem comuns a todos.

Sob "tutela" do INCRA todos tinham suas tarefas pré-estabelecidas, uns cuidavam do gado, tiravam o leite, outros roçavam os pastos e faziam cerca. Os produtos das roças particulares eram comercializados individualmente na feira de São Cristovão, ou através de caminhoneiros.

"O INCRA pagava uma pessoa que funcionava como tesoureiro/administrador geral para fazer o rateio do dinheiro." (L.)

"Sempre trabalhei na feira, saía da qui para vender na feira de São Cristovão. Na feira fazia para comer". (Esposa do Sr. P.J.)

A participação do INCRA foi marcante neste primeiro momento, como administrador geral, para gerenciar o condomínio. Eles formaram uma cooperativa para vender o leite. Com a venda deste produto, retirava-se 20% para o fundo de reserva, e o resto repartia-se entre eles. Uma parte maior cabia aos que trabalhavam diretamente com o gado. Este fato sempre foi um motivo de discordia entre o "parceleiros".

"O condomínio funcionava como um gadão, o leite era dividido pelos 40 parceleiros, depois de pagar os empregados". (L.P.)

"Os parceleiros que cuidavam do gado, tinham uma vida melhor. Ganhavam mais." (A)

"No começo foi bom, o administrador nomeou eu, para a cooperativa. Houve uma política contra". (J.C.)

Com o dinheiro do leite, os encarregados da cooperativa compravam alimentos mais baratos, em atacadistas. Com a parte do dinheiro que ficava para eles tinham que pagar os carnês das prestações da casa e das vaças.

"Depois de 5 anos vieram os carnês, tínhamos que pagar. Pagamos em 13 anos". (L.P.)

"O INCRA emancipou o condomínio ,
depois de termos pago as presta -
ções."(J.C.)

Com o término das prestações, os parceleiros receberam o
título de proprietários, com o registro em cartório, passaram a
ter o domínio legal da área.

"Condomínio era o patrão, tinha
que fazer o que ele queria". (A)
"Não havia união, nem todos cum -
priam a promessa de continuar lim-
pando as valas". (J.C.)

Com o título de proprietários, a insatisfação que vinha o-
correndo, com os que trabalhavam diretamente com o gado ga-
nhando mais, torna-se ^{ins}sustentável. Os parceleiros que tinham
a obrigação de limpar as valas e roçar os pastos vão abandonan-
do suas tarefas.

Os parceleiros através de um abaixo assinado destinado ao
INCRA, passaram a exigir autonomia para gerenciar suas terras
individualmente.

A partir deste fato, ocorreu a extinção do Condomínio Agro-
pecuário Marubáí, destinando para cada proprietário parte das
terras comuns (o equivalente a 15 ha) e a divisão do gado lei-
teiro.

A EXTINÇÃO DO CONDOMÍNIO

A drenagem das terras planas e alagadiças, sempre foi um item importante da atividade do condomínio. Sem a qual não havia terras cultiváveis.

"O povo não tinha união, no começo todos juntos, limpava a vala a braço. Área encharcada era preciso drenagem. Depois era continuar sempre limpando para conservar." (J.C.)

"A área de 2 ha era pequena, plantava um pouco de cada coisa para comer". (L.P.)

A drenagem parou de ser feita há dois anos. Em consequência as terras se alagaram e as atividades agrícolas se extinguíram.

Eles explicam que isto ocorreu quando decidiram extinguir a área comum redividindo as terras e vendendo as vacas. Com o fim do Condomínio, extinguiu-se também o trabalho coletivo de drenagem, o que tornou a agricultura inviável.

O final das atividades agrícolas/leiteiras não pode ser atribuído ao término do condomínio. Outras variáveis devem ser consideradas.

A primeira explicação parece residir na estrutura familiar. Os grupos domésticos se organizavam ao redor da produção segundo sexo e idade. Os homens cuidavam da lavoura e da pecuária. As mulheres vendiam o produto na feira. As crianças auxiliavam as mulheres no serviço domésticos e os meninos ajudavam nas lavouras.

No entanto, a geração que seguiu à formação do condomínio migrou para as cidades próximas impossibilitando a reprodução da unidade doméstica como unidade de produção.

"Depois dos filhos criados não dá pra enfrentar a enxada". ()

"Não tem condições de trabalhar na terra sozinho, os filhos são devagar".
(L.P.)

"Eu não aguento mais, o filho faz sempre um negociozinho .

Vende e compra carro ou qualquer coisa". (B.)

Os filhos não permanecem no condomínio, saem a procura de emprego fora da agricultura, nas cidades próximas.

A divisão social do trabalho relacionado à concentração de população nas grandes metrópoles provoca a emergência de necessidades novas, associadas a novos padrões de consumo que envolvem educação*, transporte, atendimento médico, equipamentos sociais e culturais. Estes fatores, vividos pela população urbana como melhoria de qualidade de vida, parecem extender-se a esta população rural.

"Num lugar desses não dá pra formar filho, além do mais, pobre não dá pra formar filho".

Estes valores vão funcionar como fator de

* (Durham E.)

imigração para cidade .

Para entendermos o abandono de Marubaí, devemos observar a própria forma de produção e comercialização dos produtos agrícolas. A área de 2 ha era insuficiente para uma produção que justificasse um empreendimento maior, como uso de máquinas. Prevalecendo a produção de subsistência.

O excedente, sofre a influência direta dos custos da comercialização: transporte e embalagem, favorecendo aos atravessadores, que chegam com caminhões e compram esses produtos por preços irrisórios.

"As dificuldades eram grandes, porque ali era pequeno, tirava um carro de milho por dia, mais não dava, tinha que pagar frete do caminhão, quebrador de milho.

Hoje não planto mais, porque não fico devendo nada a ninguém".(A.B.)

"Vendia a mercadoria aqui, para atravessador, muito barato. Agora comprei um ponto na feira da Rocinha onde vendo os produtos aqui ou compro fora." (L.A.)

Para evitar os atravessadores era preciso ir vender na feira de São Cristovão (R.J.) ou na Rocinha (R.J.) o que de certa forma, exige um investimento; como transporte, permanência no local, durante o final de semana, quando a feira acontece.

A estrutura de posse da terra conjugada com a estrutura da

.16.
comercialização, faz com que os preços desestimulem a produção.

A produção de alimentos fica nas mãos de pequenos proprietários, parceleiros e ocupantes, que produzem para sobreviver e geram um certo número de excedentes para o mercado. Eles não assumem um comportamento empresarial, e dependem sempre de caminhoneiros e proprietários de armazéns. Está criado o intermediário, encarregado de reunir e padronizar essa produção.*

Neste sentido o fluxo migratório é gerado por efeitos de atração e expulsão: a proximidade do mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro articula-se com a decadência das atividades agropecuárias de Marubáí.

* Graziano da Silva, Oriowaldo - Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos.

2 - De Mendigo à Milionário: A Conquista da Terra

O Governo Federal instalou o condomínio Agropecuário Marubaí, para realizar um projeto de reforma agrária, como resposta aos movimentos dos trabalhadores rurais, respaldado no Estatuto da Terra.

A implantação na forma de condomínio foi a solução encontrada pelo INCRA, para assentar os "grupos domésticos" que vinham lutando pela posse da terra.

A forma condominal facilitou a organização desses camponeses numa cooperativa para produção e venda do leite. Nesta fase foi ampliada a capacidade de evoluir economicamente, com os instrumentos que dispunham. Em consequência construíram suas casas, possibilitando uma maior segurança e comodidade ao núcleo familiar.

"Hoje me considero um milionário, já tenho pra dar às pessoas. O dinheiro é para abastecer a família e viver". (L.P.)

3 - Fim do Condomínio - Um Novo Sonho:- A Cidade

A falta de uma infra-estrutura para a produção e comercialização, dificultou a permanência dos parceiros na área. Iniciou-se então uma dispersão da mão-de-obra doméstica favorecendo, a procura de melhoria da qualidade de vida na cidade.

Hoje o "Condomínio Agropecuário Marubaí" está sendo adqui -

rido por empresários urbanos, que vêm anexando, através de com -
pras das áreas pertencentes aos parceleiros, promovendo a forma
ção de grandes fazendas para exploração de gado leiteiro.

BIBLIOGRAFIA

- Durkeim, E 1930

- Geertz, Clifford - "Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura"
Ed. Zahar - Rio de Janeiro, 1978

- Geertz, Clifford. "Um Jogo Absorvente: Notas Sobre a Bri-
ga de Galos Balineses"
Ed. Zahar Rio de Janeiro, 1978

- Durham, Eunice Ribeiro - "A Caminho da Cidade" Série De-
bates
Ed. Perspectiva - São Paulo, 1984

- Seyferth, Giralda - "Aspectos da Proletarização do Campe-
sinato no Vale do Itajaí" (S.C.)
José Sérgio Leite Lopes (Org.) Ed.
Ed. Marco Zero.

- Durham, Eunice Ribeiro - "Movimentos Sociais A Construção
da Cidadania" - Novos Estudos.

- Musumeci, Leonarda - "O Mito da Terra Liberta"
Ed. Vertice, 1988.

- Graziano da Silva e Queda Oriovaldo - "Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos" - Em Capital e Trabalho no Campo - Org. por Jaime Pinsky
Ed. Hucitec - São Paulo, 1979

- O'Dwyer, Eliane Cantarino - Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminense - Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária - Campinas - São Paulo.

V.12 nº 02 - Março/Abril - 1982